

“Casas de sonhos” dos emigrantes portugueses e o desenvolvimento do turismo cultural

"Dream houses" of Portuguese emigrants and the development of cultural tourism

Rossana Santos¹;
¹E-mail:
rossana.santos@staff.uma.pt
Universidade da Madeira

Resumo: Este artigo pretende demonstrar, através da análise de um conjunto de estudos de caso selecionados e um estudo empírico realizado com 5157 inquiridos, que os emigrantes portugueses da década de 60 têm uma identidade cultural que é refletida na (auto)construção de “casas de sonhos” no seu local de origem (ou áreas rurais). Estas residências, fundadas em biografias, são frequentemente designadas na literatura de “casas de sonho” dos emigrantes portugueses pelo seu significado simbólico relacionado com o desejo de pertença ao local de origem e afirmação da melhoria da condição económico-social. Muitas destas “casas de sonho”, constituem um importante património cultural que pode vir a ser ativado, preservado e explorado para o desenvolvimento do turismo cultural nas áreas rurais em Portugal.

Palavras-chave: Emigrantes Portugueses; Património Cultural; Turismo Cultural.

Abstract: This article aims to demonstrate, through the analysis of a set of selected case studies and an empirical study with 5157 respondents, that the Portuguese emigres of the 60s have a cultural identity that is reflected in the (self) construction of "dream houses" "In their place of origin (or rural areas). These residences, based on biographies, are often referred to in the literature as "dream houses" of Portuguese emigrants for their symbolic meaning related to the desire to belong to the place of origin and affirmation of the improvement of the socio-economic condition. Many of these "dream homes" constitute an important cultural heritage that can be activated, preserved and exploited for the development of cultural tourism in rural areas in Portugal.

Keywords: Portuguese emigrants; Cultural heritage; Cultural Tourism.

1. A identidade cultural dos emigrantes portugueses da década de 60

O debate em torno da identidade tem aumentado a sua intensidade a partir do aparecimento do fenómeno da globalização (Suárez, 2005). No mundo moderno, os lugares estão sujeitos a várias influências devendo-se, por isso, questionar o papel desses lugares na formação da identidade (ver, por exemplo, Hall, 2005; Sandell, 2006; Williams e Patten, 2006). Neste âmbito, as residências são lugares onde os indivíduos interagem, relacionam-se com as identidades individuais (Hui, 2008), e o processo de residir em vários lugares ao mesmo tempo consiste numa expressão moderna da necessidade de ter uma identidade autêntica enraizada em algum lugar (Williams e Kaltenborn, 1999, citado por McIntyre, 2006). De acordo com Carvalheiro (2007), um procedimento fundamental para se estudar as identidades é separar conceptualmente os aspectos que se pretendem analisar distinguindo entre identidade pessoal e identidade social. A primeira será parte de um processo, uma narrativa biográfica através da qual o sujeito vai organizando as suas acções entre uma diversidade de opções possíveis e de influências institucionalizadas, enquanto a segunda refere-se à filiação em categorias colectivas envolvendo sentimentos de pertença e reconhecimento por parte dos sujeitos (Giddens, 2001, citado por Carvalheiro, 2007; Oliveira, 2003).

Neste sentido, as identidades sociais ou colectivas são sempre um fenómeno social e cultural em simultâneo por implicarem a identificação dos indivíduos com grupos e a sua inserção em categorias, e por trabalharem com significados partilhados, através dos quais os indivíduos atribuem sentido às categorias e aos seus membros, qualificando-os e situando-os em mapas cognitivos e em escalas simbólicas (Carvalheiro, 2007). No processo de construção da identidade, Cornell e Hartmann (1998) referem existirem três situações: o limite que separa os membros do grupo dos que não são membros (critérios como a cor da pele, raça, lugar de origem, prática cultural ou qualquer outro critério ou ainda um conjunto de critérios ao mesmo tempo, desde que criem o limite entre o “nós” e o “eles”); a posição percebida pelo grupo dentro da sociedade (reconhecer a existência de um limite entre o “nós” e o “eles”, e a especificação do grupo num sistema de estratificação); o significado ligado à identidade (significados simples tais como “nós ou eles são bons ou maus” ou “nós ou eles são superiores ou inferiores”, bem como significados mais complexos produzindo orgulho ou exaltação ou desânimo ou vergonha).

Neste contexto, Ranaboldo e Schejtman (2008:9) argumentam que “o conceito de identidade cultural considera um sentido de pertença a um grupo social com o qual se partilham traços culturais, como costumes, valores e crenças. A identidade não é um conceito fixo, mas recria-se individual e colectivamente, e alimenta-se de forma contínua da influência do exterior. Embora o conceito de identidade transcenda as fronteiras (como no caso dos emigrantes), a origem deste conceito encontra-se com frequência vinculado a um território”. Existe um consenso entre os sociólogos sobre alguns elementos que se têm em conta para definir uma identidade nacional, tais como um território ou pátria; lembranças históricas e mitos colectivos (que sustentam a história da etnia de origem); uma cultura de massas pública e comum para todos; direitos e deveres legais iguais para todos os membros; uma economia unificada que permite a mobilidade territorial dos membros (Smith, 1991; 1994, citado por Vásquez e Ríos 2007). No entanto, a representação do passado pelas comunidades portuguesas ajuda a reverem-se como elementos pertencentes à comunidade em questão e a valorizarem mais o local em detrimento do nacional (ver Amante, 2006; Christou, 2006).

De acordo com Christou (2006), as experiências dos emigrantes e da diáspora fornecem um contexto dinâmico para o estudo da identidade dos indivíduos pelo facto de muitas vezes serem forçados a integrar ou assimilar uma cultura dominante nacional, correndo o risco da sua identidade tornar-se híbrida (ver, por exemplo, Smith, 2003). Assim, considerando que a partir dos anos sessenta a emigração continental portuguesa dirige-se sobretudo para a França e a Alemanha, enquanto a Venezuela e a África do Sul, bem como os E.U.A. e Canadá foram as preferências emigratórias das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores (ver Arroiteia, 2001), pretendemos de seguida apresentar e discutir alguns estudos de caso sobre as comunidades portuguesas instaladas nestes países, com o intuito de demonstrar uma relação entre estas e a sua identidade cultural.

Considerando que a partir dos anos sessenta a emigração portuguesa dirige-se sobretudo para a França e a Alemanha, bem como para a Venezuela, África do Sul, E.U.A. e Canadá (ver Arroiteia, 2001), pretende-se de seguida analisar alguns estudos de caso sobre a identidade das comunidades portuguesas instaladas nestes países e sugerir a existência de uma identidade cultural. Neste âmbito, os estudos publicados sobre a comunidade de portugueses em França (ver por exemplo Carvalheiro, 2007; Rocha-Trindade, 1986; 1992) evidenciam que o projeto de ida e volta foi substituído por um projeto de integração, com a singularidade de o

emigrante procurar afirmar a sua especificidade cultural de origem, designadamente através do reforço das relações com os familiares e amigos residentes em Portugal e do desenvolvimento do associativismo local.

De acordo com Carvalheiro (2007:189-190) “um grande número de jovens passou pelas associações portuguesas na infância e adolescência ou foram inseridos em redes familiares densas, herdeiras de uma sociabilidade transferida do mundo camponês e consolidada com a emigração”. “A modalidade de inserção dos jovens de origem portuguesa pode, assim, ser considerada “um processo de aculturação original” que lhes permite integrar-se na sociedade francesa sem renunciar à herança portuguesa. Deste modo, mantêm laços suficientemente fortes com Portugal, ao mesmo tempo que tiram partido da invisibilidade para escapar ao estatuto simbólico atribuído aos emigrantes” (Muñoz, 1999, citado por Carvalheiro, 2007:155).

Já o estudo de Klimt (2009) distingue dois perfis de emigrantes portugueses das décadas de 1960 e 1970. De um lado, os que orientaram a sua vida para um novo local de residência nos Estados Unidos, adquirindo habitações, a cidadania americana e projetando o seu futuro nas comunidades portuguesas/americanas. Por outro lado, os emigrantes que chegaram à Alemanha no mesmo período, mas que apesar de aí terem vivido quase quatro décadas continuam a orientar a sua vida, identidade e futuro em Portugal, não adquirindo a cidadania alemã nem investindo numa residência na Alemanha, e preparando ativamente um eventual regresso à origem. A autora refere que esta configuração das comunidades e das identidades é diferente e explica-se pelos seguintes fatores:

O facto de “ser europeu” permite que os portugueses na Alemanha tenham uma vida que inclua ambos os espaços, em Portugal e na Alemanha; os recursos financeiros conseguidos foram canalizados para Portugal, quase sempre para a compra de terreno ou construção de uma residência; o contexto da emigração ocorreu apenas num contexto laboral sem intenção de fixação permanente; a duração das férias na Alemanha é superior à América; os portugueses na Alemanha tendem a estabelecer-se em bairros com rendas baixas e onde existe grande concentração de trabalhadores estrangeiros de outras nacionalidades, enquanto nos Estados Unidos deparam-se com comunidades bem estabelecidas e multigeracionais que

mitigaram a necessidade de interagir com a língua inglesa e com um ambiente culturalmente muito diferente.

No entanto, Beswick (2007) refere que embora inicialmente os padrões da emigração Europeia tenham sido diferentes daqueles verificados nas Américas, foram atenuados pelos efeitos da globalização, ou seja, a maior proximidade e acessibilidade à terra de origem, oferecida pelos avanços tecnológicos (como os meios de transporte), estão a transformar a relação que o emigrante tem com o país de acolhimento e com o seu próprio sentido de identidade. Assim sendo, os emigrantes portugueses nos Estados Unidos podem visitar Portugal e manter o contacto com as suas origens e com a sua “outra” identidade. Os resultados do estudo de Beswick (2007) revelam ainda que a preferência linguística e a língua materna não são necessariamente contíguas, uma vez que a perceção dos emigrantes da sua integração num determinado grupo étnico não é totalmente dependente do emprego da língua portuguesa em todas as situações e algumas vezes a sua relação surge por razões simbólicas.

Em 1999 Webb analisou a tensão que os residentes portugueses, da segunda geração, em Port Elizabeth (África do Sul) sentem entre a manutenção da sua cultura e a assimilação da cultura da sociedade de acolhimento. Para este efeito, considerou três variáveis: o significado de ser português, a influência das instituições e as práticas que assistem ou retardam a assimilação e a manutenção da cultura. Os resultados revelaram que, embora a maioria tenha dificuldade em articular os valores culturais, falta de apoio institucional, mantenha poucos contactos com os seus familiares em Portugal e utilize pouco a língua portuguesa e os média associados ao país natal, o desejo de expressão cultural permanece. Isto, em parte, acontece pelo facto dos pais não se terem empenhado na transmissão cultural, porque tinham ido para África do Sul com a intenção de aí se fixarem e tornarem-se Sul-africanos (Webb, 1999).

Por outro lado, Beswick (2007) refere que é o local de nascimento que influencia o grau de aculturação e assimilação na sociedade de acolhimento, uma vez que os emigrantes mantêm a forte associação com a sua língua nativa, cultura e identidade étnica dentro da diáspora e declaram as suas intenções de eventualmente viver e trabalhar num país onde se fala a língua portuguesa. No entanto, o estudo de Campos e Siqueira (2006), sobre as famílias emigrantes portuguesas instaladas no estado de São Paulo, evidencia que os emigrantes portugueses que foram para o Brasil nas décadas de 40 e 50 tentaram manter viva a relação com a sua terra de

origem e cultivaram-na nos seus descendentes, que também se orgulham da sua origem portuguesa, e tentam atualmente obter passaportes portugueses para visitar ou viver em Portugal.

Sobre a comunidade de portugueses na Venezuela Gomes (2001:3) argumenta que “o movimento associativo tem grande expressão no seio da comunidade portuguesa na Venezuela. Existe em quase todas as grandes cidades venezuelanas um Centro português. O maior de todos é o Centro Português de Caracas” (...). “Estes centros funcionam também como pólos de ligação e criação de *lobbies*, em especial os de cariz económico e sendo locais por excelência de ótimo convívio e frequentemente visitados pela “fina flor” da política venezuelana, a Comunidade (com significativo peso económico) transforma-se num verdadeiro grupo de pressão na hora de definir políticas que mexem com os seus interesses. O ensino da língua portuguesa tem sido uma das principais reivindicações dos portugueses na Venezuela”.

Um outro estudo revela que os portugueses construíram um próspero território étnico, em Montréal e Toronto (Canadá), evidente num número apreciável de instituições sociais, culturais e religiosas e numa série de negócios, que fornecem o grupo de produtos e serviços étnicos na sua própria língua, cuja maioria localiza-se nos núcleos das comunidades portuguesas e nos bairros adjacentes (Teixeira, 1996). Segundo o autor do mesmo estudo todas essas instituições e negócios disponíveis para os portugueses explicam parcialmente os elevados níveis de concentração residencial do grupo em ambas as cidades. Para além disso, refere que a mudança recente para os subúrbios (áreas “rurais”) não é um passo radical no processo de assimilação, mas sim uma fase da sua integração gradual, porque mantêm contactos frequentes com o núcleo das suas comunidades em Toronto e Montréal.

A partir do início da década de 1980 a emigração assume novos contornos e assiste-se à passagem do emprego para o setor dos serviços, bem como à procura de trabalhadores sazonais e de custo baixo, sobretudo para trabalhar nos setores turístico, agrícola e da construção, etc. (King, 1997). Neste novo e atual contexto emigratório, os estudos de Nunes (2003; 2008) sobre a comunidade portuguesa de emigrantes no Canadá acrescentam ainda que, esta comunidade está sub-representada dentro do sistema político, económico, social e cultural daquele país e deficientemente dotada das suas instituições, particularmente quando

comparada com outros grandes grupos de imigrantes. Revelam igualmente que a língua e as suas atividades culturais e económicas são bastante ignoradas pela maioria dos negócios, estabelecimentos de educação e pelos media.

2. As “casas de sonhos” no local de origem enquanto potencial património cultural

Os estudos de caso apresentados permitem sugerir a existência de uma identidade nas comunidades portuguesas, de que resulta a partilha de uma cultura comum e, nesse sentido, uma identidade cultural. De acordo com Fonte e Ranaboldo (2007:10), “a identidade cultural pode expressar-se em muitos símbolos materiais ou imateriais: na língua, na música, na literatura e na arte; nos sítios arqueológicos, na arquitectura e na paisagem; nas tradições e no folclore; na biodiversidade vegetal ou animal (variedades locais de plantas e raças animais), nos produtos alimentares típicos e nos produtos artesanais”. A incerteza sobre o que é que constitui património ocorre numa época em que o património tem assumido grande importância devido à sua relação com a identidade num mundo em constante mudança (Hall, 1998). O património é um produto socialmente construído, resultante de “uma operação dinâmica, enraizada no presente, a partir do qual se reconstrói, selecciona e interpreta o passado” (Mantecón, 2005:66, citado por Silva, 2009:39). Trata-se assim de uma operação que envolve disputas e conflitos em torno da selecção dos referentes que devem ser positivamente valorados, preservados e inscritos na memória de uma comunidade (Silva, 2009).

Este processo de activação patrimonial designa o modo através do qual se escolhem determinados referentes culturais ou naturais, se expõem e sacralizam, adquirindo um carácter simbólico, decorrente da sua capacidade para representar uma identidade (Silva, 2007; 2008). Assim sendo, o elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. O património objectiva e revigora a identidade, e a identidade glorifica e canoniza o património (Peixoto, 2006). As activações patrimoniais foram principalmente realizadas pelo poder político, embora também possam ser realizadas pela sociedade civil, uma vez que sem força social capaz de activá-lo não existe património (Prats, 2004, citado por Silva, 2008). De acordo com Brito (2006), património e identidade supõem um sujeito, ou seja, o sujeito que nomeia, enuncia, classifica, institui um

património, e aquele ao qual é atribuída ou reivindicada uma identidade. Explícita ou implicitamente, quando se fala de património e, forçosamente, de identidade, está-se a falar destes sujeitos (Brito, 2006).

Kashimoto et al. (2002) argumentam que o conceito de cultura, termo vago e ambíguo, é um conjunto de actividades e crenças que uma comunidade adopta para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente. Esta noção é complementada pela definição que refere a cultura como o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social (Kashimoto et al., 2002). Argumentam também que Mário de Andrade deixou clara a ideia de que a discussão sobre cultura popular e cultura erudita é estéril e inoportuna, uma vez que a preocupação deve centrar-se sobre a ampliação do acesso da população a todas as formas de manifestação cultural. Por outro lado, o património cultural é um conceito que nasce em França nos inícios da década de 80 (Calvo, 1995, citado por Pereiro, 2006) e que redefine os conceitos de folclore, cultura popular e cultura tradicional.

Do ponto de vista jurídico, o património cultural passa a adoptar uma visão mais antropológica nas últimas legislações, bem como deixa de ser unicamente “histórico-artístico” para converter-se em “cultural” (ver Pereiro, 2006). Em Portugal, o artigo 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro menciona que “integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”. “O interesse cultural relevante dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”. Neste âmbito, o mesmo artigo refere também que a cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural. Assim, a expressão património reporta-se actualmente a um leque de referentes extremamente alargado que abrange bens de ordem excepcional e ordinária, erudita e popular, material e imaterial, natural e cultural (Silva, 2008).

Segundo alguns estudos (AAVV, 1995; Alves, 2004; Chevallier, 2000, citado por Silva, 2009:40) “a emergência da noção de património ‘rural’ adquire, neste ponto, um valor a lapidar. Reporta-se a um conjunto variado de referentes empíricos, incluindo a arquitectura

popular, o património histórico edificado, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas, feiras e romarias, as práticas alimentares, o artesanato, o folclore e a medicina tradicional”. De acordo com Hall (1998), em geral a residência não é considerada património, a menos que seja um elemento da identidade dessa cultura ou comunidade. Neste âmbito, Leite (1990) destaca que embora ao olhar exterior continuem a ser lugar de ausência, as residências (auto)construídas pelos emigrantes portugueses acabarão por ser reconhecidas como lugar de memória e como lugar de futuro. A construção da residência afirma o desejo do enraizamento familiar dos emigrantes portugueses, contrariado pela dispersão própria da emigração, e a terra onde a construíram é a mesma onde pretendem morrer, o que contraria a ideia de ruptura com a identidade do local de origem e reforça o desejo de pertença (Villanova et al., 1994).

No entanto, segundo Howard (2003) nem tudo o que fornece identidade pode ser considerado como património. Relativamente a esta questão, Silva (2007) refere que o património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Nas palavras do investigador isto significa que existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras, bem como existe uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é colectivamente herdado. Assim sendo, aquilo que é ou não é património depende do que, para um determinado colectivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras.

É pertinente interrogar se este fenómeno das “casas de sonho” dos emigrantes portugueses reproduz um outro mais antigo, o das “casas dos brasileiros”, uma vez que as suas extravagâncias alimentaram a crítica erudita da época (século XIX e início do século XX): “Noutros meios que o ‘brasileiro’ de regresso passou naturalmente a frequentar, onde as fortunas antigas se identificam com a cultura da alta burguesia da época, onde o gosto dominante é ditado pelos padrões europeus de Londres e de Paris, a sua figura de novo-rico, de ‘parvenu’, agravada por uma imagem tropicalizante e pela falta de educação formal e académica, tornam-no saliente, deselegante e até ridículo – e tanto mais quanto maior despeito a sua boa fortuna despertar” (Rocha-Trindade, 1986:147; citado por Leite, 1990:101-102). Contudo, segundo Villanova et al. (1994) e Leite (1990), esse fenómeno só é comparável ao das casas de emigrantes da década de 60 pelo facto de terem construído casas que desagradaram aos contemporâneos.

Sendo mais raras, aquelas eram casas senhoriais, construções que acumulavam elementos das residências aristocráticas e correspondiam a diferenças ao nível das camadas sociais, dos países de imigração, da língua de comunicação, da relação e da frequência das trocas com a comunidade de origem (local e nacional), das actividades exercidas no país de imigração e das aspirações e do estatuto social a que se propunham ascender na sociedade portuguesa (Villanova et al., 1994; Leite, 1990). “Separadas da “falta de qualidade social” dos seus proprietários, é hoje possível olhá-las como objectos de fruição cultural e estética, salientando as qualidades que detêm como património que são e ignorando as caricaturas que antes representaram” (Villanova et al., 1994:184; Leite, 1990). “Despidas das razões sociais que comprometeram o seu entendimento, as casas dos “torna-viagem” atingiram o estatuto de maioria que lhes permite, hoje, enfileirar na categoria dos patrimónios cuja salvaguarda se reclama” (Villanova et al., 1994:184).

Segundo Villanova et al. (1994:15), as novas residências (...) “oferecem, desde meados dos anos 60, o novo repertório do *habitat* vernacular: conforto interior, variedade de materiais e cores vivas. De concepção bastante uniforme, elas exibem as suas fantasias ao nível das fachadas: combinações de diferentes modelos de azulejos, pinturas de cores violentas, escadas em volutas, varandas ao longo de toda a fachada, telhados em mansarda, paredes que definem chaminés monumentais, telhados que se desmultiplicam”. Neste sentido, existe um conjunto de factores que, na opinião dos próprios emigrantes, parecem explicar algumas alterações introduzidas no gosto, tais como a inserção das populações de origem “rural” numa sociedade urbana e de consumo, o aumento do ritmo a que se processam as mudanças com consequências ao nível das formas de comunicação e divulgação da informação, nomeadamente das referências arquitectónicas, a proliferação de novos materiais de construção, bem como a nova mobilidade social e geográfica dos emigrantes, e consequente absorção de informação ao longo dos trajectos (Castro, 1998).

No entanto, a casa do emigrante continua a conservar a organização “rural” das casas da região, com horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa, com dimensão associada à extrema divisão da parcela no Noroeste de Portugal. Alguns não têm horta, junto à casa, por falta de terreno, mas têm na aldeia, outras terras de cultivo (Villanova et al., 1994). É frequente ver mulheres imigradas na região parisiense alugarem terrenos para cultivo quando

vivem em apartamentos, e a explicação dada nunca é uma preocupação de economia doméstica, mas a vontade de uma ocupação, difícil de abandonar, e ligada ao prazer e hábito de contacto com a terra (Villanova et al., 1994). Relativamente à casa de origem, existe uma elevação significativa do nível de exigências e de necessidades sociais, pelo facto de a maioria ter optado por uma construção de raiz, evitando a reabilitação da casa de origem, existência de numerosos equipamentos domésticos e adopção de novas formas de conforto, tais como:

O aparecimento das instalações sanitárias, do aquecimento central, e a especialização e individualização das várias divisões da casa; a atribuição de quartos independentes aos diversos membros da família; espaços de recepção, que apresentam quase sempre uma sala de estar, uma sala de jantar (raramente contígua) e duas cozinhas. Uma, integrada na casa, geralmente com todos os electrodomésticos possíveis e encastrados num mobiliário, muitas vezes luxuoso, e raramente utilizada, e outra, em anexo ou no piso térreo, com um forno a lenha e equipamento simples, onde a família e os amigos se reúnem, preservando a outra cozinha como um espaço por excelência de “representação”, através do qual se reivindica e afirma um estatuto social” (Dubost, 1984, citado por Castro, 1998:148; Leite, 1990). A pouca funcionalidade da sala de jantar deve-se às suas reduzidas dimensões face ao mobiliário existente (louceiro de grandes dimensões, mesa rectangular para oito pessoas e cadeiras de espaldar alto), tornando difícil a circulação em torno da mesa de jantar (Castro, 1998).

O estudo de Villanova et al. (1994) identifica a existência de uma tipologia mais abrangente, que se distingue das casas dos outros trabalhadores com mobilidade residencial em Portugal por uma maior tendência à justaposição de referências locais e importadas do estrangeiro. Contudo, também destacam que a influência do estrangeiro nunca é total e mesmo nos casos em que o projecto é importado (geralmente muito poucos) recebem sempre interferências formais ou funcionais locais. A influência local no que respeita às formas restringe-se ao vocabulário iconográfico moderno, uma vez que o emigrante não pretende construir uma casa que formalmente lhe recorde a casinha “rural” (Villanova et al., 1994). O estudo de Vieira e Veríssimo (1989) sobre as construções das casas dos emigrantes da região da ria de Aveiro refere também que a maior parte situa-se à beira das estradas ou nas periferias dos aglomerados, por um lado, pela recusa de um passado próximo de pobreza e, por outro, para escapar ao controlo que a comunidade aldeã certamente exerceria sobre os seus actos. Os locais elevados, considerados locais de poder, e o centro das povoações, onde a igreja matriz e as casas solarengas estruturam o espaço, são também lugares de prestígio procurados pelos

emigrantes para construir as suas residências (Vieira e Veríssimo, 1989). De acordo com o mesmo estudo, outra situação observada, embora com menor frequência, é a construção da casa nova sobre o traçado da velha casa.

Por outro lado, segundo Castro (1998), o estatuto do habitante na sua casa, o tipo de habitação onde reside e as competências que põe em prática constituem alguns factores fundamentais para se compreender determinadas formas de manifestação estética. Assim sendo, o estatuto do indivíduo no alojamento é uma condição fundamental para avaliar a sua competência estética relativa ao *habitat* (Segaud, 1988, citado por Castro, 1998), uma vez que quando o sujeito é proprietário da sua casa as suas escolhas ou preferências referem-se mais ao belo e ao gosto. Para além disso, uma característica importante a reter na orientação dos investimentos imobiliários realizados pelos emigrantes reside no facto de serem canalizados, prioritariamente, para um tipo de *habitat* particular, que é a moradia. “A casa individual aparece como o domínio de manifestação de uma autonomia sonhada que proporciona grande liberdade, ao mesmo tempo que protagoniza a recusa da uniformização do meio” (Castro, 1998:124-125). De acordo com a mesma autora, a análise centrada nas moradias não reduz o campo de análise, uma vez que a casa individual aparece como o domínio privilegiado, onde a significação é mais manifesta e o indivíduo exerce de forma construtiva e simbólica a sua relação com as coisas.

Destacam-se também as competências específicas na construção e na reabilitação das “casas de sonhos” dos emigrantes portugueses, pelo fazer pelas suas próprias mãos que se transforma num momento estético por excelência. Embora grande parte dos emigrantes tenha um passado e/ou presente profissional ligado à construção civil, refira-se ainda existir um outro nível de aquisição de conhecimentos e competências que não passa necessariamente por aquele ligado ao desempenho de uma dada actividade profissional, designado por *savoir-faire* (Castro, 1998). Assim sendo, a especificidade da estética do emigrante não está em saber dizer, mas no saber fazer. A grande maioria das casas foi (auto)construída pelos habitantes, recorrendo-se apenas, em algumas situações, a uma ajuda mais especializada (p. ex., electricistas) para a concretização de tarefas que, de outra maneira, não poderiam ser realizadas pelos próprios. Os únicos casos em que isto não acontece explicam-se pela ausência de um *savoir-faire* ligado à construção ou à indisponibilidade para estar em Portugal durante o período de construção (Castro, 1998).

As “casas de sonho” dos emigrantes portugueses surgem com características diferentes comparativamente à casa de origem, que são fruto da melhoria da sua condição económico-social e das suas especificidades, que se repercutem nas transformações do seu próprio gosto. A grande dimensão do *habitat*, face às necessidades dos emigrantes portugueses, e a organização do seu espaço interior, pela menor conformidade com a casa construída (número e dimensão das divisões) são outras características da apropriação realizada no país de origem (Castro, 1998). Segundo Castro (1998) embora a diversidade de intervenções nas casas construídas pelos emigrantes portugueses tenha impossibilitado a elaboração de tipologias e a identificação de estilos de *habitat*, permite compreender que os diferentes elementos estéticos correspondem a códigos alimentadores de estratégias de distinção, fundados em biografias e, por isso, diferenciados entre si. Os investimentos económicos e as competências estéticas foram preferencialmente canalizados para os espaços públicos e semipúblicos do *habitat*, destacando-se o alçado principal e o muro exterior pela grande diversidade de elementos decorativos e de materiais escolhidos segundo a sua funcionalidade, economia e qualidade ornamentativa (Castro, 1998).

Ao contrário do cenário em Portugal, nos restantes países de imigração dificilmente se encontram elementos no exterior das casas que permitam afirmar que se trata de proprietários portugueses (Castro, 1998). Isto porque, o desenvolvimento de competências estéticas e de estratégias de distinção nas residências dos emigrantes em Portugal resultaram, sobretudo, do fraco peso das normas que, durante alguns anos, regulamentaram a construção e se reflectiu no seu exterior. Até à publicação da nova Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, (que revogou o D.L. n.º 73/73, de 28 de Fevereiro), o emigrante não desprezou o poder do desenhador pelo facto de se movimentar com grande “à-vontade” nos diferentes departamentos das câmaras, conhecendo os limites das suas exigências ou da medida da sua permissividade, bem como tem necessidade de confiar no técnico, não só pela sua competência profissional mas também na habilidade e eficácia que este deve inspirar para que o emigrante tenha garantias que mesmo na sua ausência os problemas surgidos com a sua casa terão solução (Leite, 1989).

3. Metodologia do estudo

Ao reconhecer nas secções 1 e 2 a possibilidade de uma identidade cultural entre os emigrantes portugueses da década de 60, em abril de 2008 deu-se início a um estudo, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, onde se procurou, entre outros objetivos, analisar o potencial do património cultural dos emigrantes portugueses para a para o desenvolvimento do turismo em Portugal (Santos, 2013). O processo de recolha dos dados iniciou-se no dia 01 de julho de 2011 e terminou em 31 de outubro do mesmo ano, totalizando no final 5157 questionários preenchidos válidos. A população dos emigrantes portugueses não é conhecida e os dados foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário aos emigrantes.

Uma das suas formas de administração do inquérito foi através de correio, tendo sido remetidos 4000 questionários para as residências dos emigrantes portugueses nos vários países de emigração. Foram devolvidos 54 e obteve-se uma taxa de resposta de 9,32%. Para a obtenção das respetivas moradas das residências dos emigrantes no estrangeiro seguiu-se a metodologia já testada num estudo exploratório, tendo-se assumido como população, a base de dados cedida, de forma muito cooperante, por um jornal regional. Na medida em que se tratava de um estudo exploratório, assumiu-se que um número muito significativo de emigrantes comprava o jornal da terra e, por consequência, considerou que esta população é representativa dos portugueses, do respetivo concelho, residentes no estrangeiro. No intuito de seguir a mesma metodologia, a identificação dos concelhos com maior número de residências de origem de emigrantes portugueses permitiu, por sua vez, identificar também as publicações regionais associadas a cada um desses concelhos.

Durante o mesmo período de 01 de julho a 31 de outubro, a administração do questionário fez-se igualmente pela internet e pela rede social do *facebook*, permitindo reunir, no final, mais 4800 questionários preenchidos válidos. Até 31 de julho, a administração do questionário foi feita na imprensa digital e em portais eletrónicos dirigidos às comunidades portuguesas no estrangeiro, bem como pelo envio de emails para as associações de emigrantes e entidades oficiais diretamente ligadas à emigração. Para além de se ter dado continuidade à administração do questionário na internet, durante o mês de agosto procedeu-se também à sua

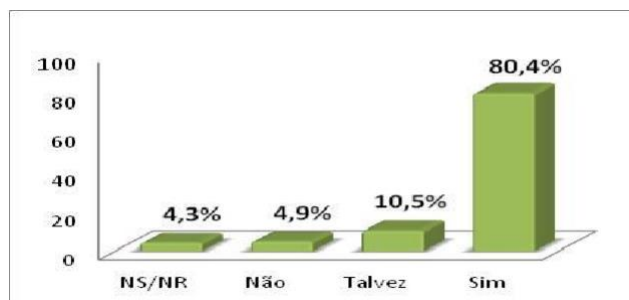
divulgação na rede social do *facebook*, através dos próprios administradores das páginas oficiais de cantores de música portuguesa.

Nos dois últimos meses, a estratégia de administração do questionário estendeu-se ainda à criação e manutenção da própria página do estudo no *facebook* (em www.facebook.com/emigrantesportugueses). Durante este período, com o objetivo de informar os emigrantes portugueses sobre as formas de participação no estudo, a página foi divulgada, várias vezes ao dia, na rádio e televisão portuguesa, através dos canais da Rádio Internacional e África, bem como pelo canal da RTP Internacional. Para além disso, a divulgação também foi feita em todos os jornais digitais, que colaboraram na administração do questionário aos emigrantes portugueses; e através de emails enviados para a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Consulados/ Embaixadas, Associações e Casas do Benfica e do Porto no estrangeiro. Referimos ainda, a divulgação pela própria investigadora no *facebook*, administradora da página do estudo, em diversos grupos de emigrantes portugueses e em perfis relacionados com o tema Portugal (entre outros).

4. Análise e discussão dos resultados

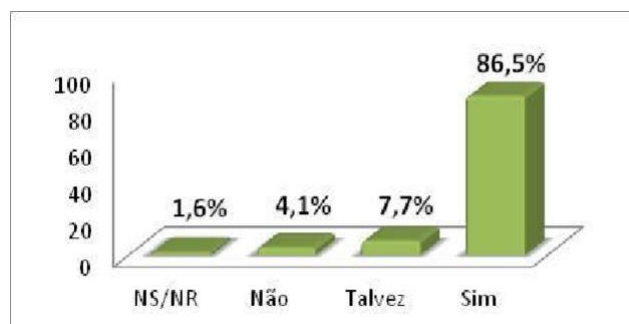
Nesta secção, é pretendido demonstrar que os emigrantes portugueses têm uma identidade cultural que manifestaram na (auto)construção de casas de raiz, no local de origem, constituindo-se assim como potencial património cultural, que poderá vir a ser explorado turisticamente. Os resultados do estudo permitiram observar que, entre os inquiridos que frequentam (ou já frequentaram) uma associação de emigrantes portugueses, no país de emigração, a generalidade considera a sua participação nessas associações uma forma de manterem a cultura portuguesa (80,4%) (gráfico 1). Os dados obtidos com a correlação de *Pearson* acrescentam que a sua participação nessas associações, influencia positivamente que também a considerem como uma forma de manterem a sua cultura portuguesa ($r=0,602$). Esta constatação é reforçada através do gráfico 2, onde se verifica que a generalidade dos emigrantes portugueses afirma que a sua cultura é portuguesa (86,5%).

Gráfico 1 A participação em associações de emigrantes portugueses como forma de manter a cultura portuguesa



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 2 A cultura dos emigrantes portugueses é portuguesa



Fonte: Elaboração Própria

Os dados obtidos com o teste de correlação de *Pearson* também não evidenciam que um conjunto de fatores (identificados na tabela 1) influencia a cultura portuguesa dos emigrantes. Para analisar os motivos apresentados pela pequena percentagem de emigrantes que considera ter uma cultura diferente da portuguesa (4,1%) e dos que estão indecisos relativamente a esta questão (7,7%), foi necessário cruzar a pergunta 15 do questionário (“A sua cultura é portuguesa?”) com a pergunta 16 (“Identifique o/s fatores que contribuíram para que tenha uma cultura diferente da portuguesa”). Assim, verificou-se que os que afirmam ter uma cultura diferente da portuguesa justificaram-se mais vezes com os seguintes fatores, sobretudo relacionados com o pouco contacto com a cultura portuguesa: “a) os meus pais não me terem transmitido a cultura portuguesa”, “l) ter pouco contacto com a cultura portuguesa” e “m) identificar-me mais com a cultura do país de emigração”.

Tabela 1 Fatores que contribuem para que os emigrantes tenham uma cultura diferente da portuguesa

Fatores que contribuem para uma cultura diferente da portuguesa	Nº	%
a) Os meus pais não me terem transmitido a cultura portuguesa.	11	0,2
b) Ter emigrado com intenção de não regressar mais a Portugal.	16	0,3
c) Ter mais amizades no país de emigração.	63	1,1
d) Os meus familiares levarem-me a afastar da cultura portuguesa.	5	0,1
e) A minha situação profissional ser satisfatória/boa no país de emigração.	81	1,4
f) Ter construído uma residência no país de emigração.	49	0,9
g) Ter estabilidade económica no país de emigração.	86	1,5
h) Ter uma posição social satisfatória/boa no país de emigração.	81	1,4
i) Viver numa área “rural” no país de emigração.	10	0,2
j) Ir poucas vezes a Portugal.	17	0,3
l) Ter pouco contacto com a cultura portuguesa.	24	0,4
m) Identificar-me mais com a cultura do país de emigração.	46	0,8
n) Utilizar pouco a língua portuguesa.	20	0,4
o) Os naturais do país de emigração também compreendem a língua portuguesa.	12	0,2
p) Ter adquirido a cidadania do país de emigração.	27	0,5
q) Ter pouco contacto com os familiares e/ou amigos de Portugal.	15	0,3
r) A comunidade portuguesa não ter apoio das instituições no país de emigração.	21	0,4
s) Os portugueses não terem importância na política/sociedade/cultura no país de emigração.	22	0,4
t) Ouvir/ver poucas vezes a rádio/TV de Portugal.	22	0,4
u) Estar casado/a ou viver em união de facto com um/a natural do país de acolhimento.	22	0,4
v) Outra.	11	0,2
Nenhum dos fatores mencionados.	16	0,3
Não se aplica	5023	88,1
Total	5700	100,0

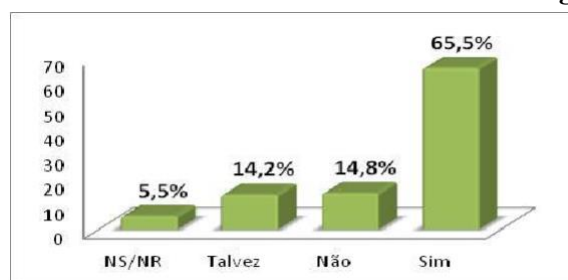
Fonte: Elaboração Própria

Relativamente aos emigrantes que se manifestaram indecisos (1,6%) justificaram-se mais vezes com os seguintes fatores, principalmente relacionados com a sua adaptação ao país de acolhimento: “o) os naturais do país de emigração também compreendem a língua portuguesa, i) viver numa área “rural” no país de emigração e q) ter pouco contacto com os familiares e/ou amigos de Portugal. Finalmente, os que não sabem ou não responderam à pergunta justificaram-se mais vezes com a opção “v) nenhum”, “p) ter adquirido a cidadania do país de emigração” e “g) ter estabilidade económica no país de emigração”. Os fatores mais mencionados pelo total do conjunto daquelas três categorias de respostas estão, sobretudo, relacionados com a sua adaptação ao país de acolhimento, nomeadamente a estabilidade económica no país de emigração (1,5%), seguindo-se a situação profissional satisfatória/boa no país de emigração (1,4%) e ter uma posição social satisfatória/boa no país de emigração (1,4%).

Ao reconhecer a existência de uma identidade cultural entre os emigrantes portugueses,

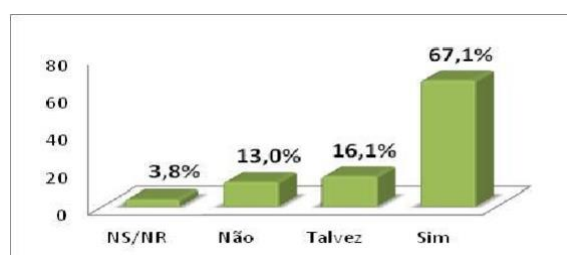
constatámos igualmente que, entre os que referem ter residência construída de raiz em Portugal, a generalidade (65,5%) afirma que essa é a sua verdadeira casa e apenas 14,2% revelam-se indecisos (gráfico 3). A maioria (67,1%) afirma também que essa residência representa a sua cultura portuguesa, enquanto apenas 13% negam essa afirmação (gráfico 4). Os dados obtidos com a correlação de *Pearson* também evidenciam que o facto de os emigrantes considerarem a residência construída de raiz em Portugal como a sua verdadeira casa influencia positivamente que assumam essa residência como uma representação da sua cultura portuguesa ($r=0,308$) (tabela 2). Por outro lado, ao considerarem a sua cultura como portuguesa também influencia positivamente que considerem aquela residência uma representação da sua cultura portuguesa ($r=0,220$) (tabela 3).

Gráfico 3 Classificação da residência construída de raiz em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 4 Representação da cultura portuguesa na residência construída de raiz em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 2 A residência construída de raiz representa a cultura portuguesa vs A residência construída de raiz no concelho de origem é a verdadeira casa

		P11
P12	Pearson Correlation	0,308**
	Sig. (2-tailed)	0,000
	N	994

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: *Elaboração Própria*

Tabela 3 A cultura é portuguesa vs A residência construída de raiz no concelho de origem representa a cultura portuguesa

		P12
P15	Pearson Correlation	,220**
	Sig. (2-tailed)	,000
	N	994

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: *Elaboração Própria*

Finalmente, quando questionados sobre a possibilidade daquela residência poder vir a ser classificada como património cultural, à exceção de uma percentagem significativa que não sabe ou não respondeu a esta questão (62,5%), verificamos que 12,5% respondem afirmativamente e quase 19% referem que essa situação é uma probabilidade (gráfico 5). A análise das tabelas 4 e 5 permite concluir ainda que todos os emigrantes que afirmam que a sua residência pode vir a ser considerada como património cultural são os mesmos que também afirmam que aquela residência é a sua verdadeira casa e representa a sua cultura portuguesa (12,5% respetivamente).

Gráfico 5 Possibilidade da residência construída no concelho de origem poder ser património cultural



Fonte: *Elaboração Própria*

Tabela 4 A residência construída de raiz no concelho de origem é a verdadeira casa vs A residência construída de raiz no concelho de origem pode ser património cultural

P11	P17				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Sim	12,5%	6,3%	6,3%	31,3%	56,3%
Talvez	-	-	-	6,3%	6,3%
Não	-	-	-	6,3%	6,3%
NS/NR	-	12,5%	-	18,8%	31,3%
Total	12,5%	18,8%	6,3%	62,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 5 A residência construída de raiz no concelho de origem representa a cultura portuguesa vs A residência construída de raiz no concelho de origem pode ser património cultural

P12	P17				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Sim	12,5%	-	-	31,3%	43,8%
Talvez	-	18,8%	-	-	18,8%
Não	-	-	-	12,5%	12,5%
NS/NR	-	-	6,3%	18,8%	25,0%
Total	12,5%	18,8%	6,3%	62,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

5. Conclusão

Ao longo deste artigo foi pretendido demonstrar que os emigrantes portugueses, da década de 60, têm uma identidade cultural que manifestam simbolicamente pela (auto) construção de residências de raiz nos seus locais de origem (ou áreas rurais em Portugal). Os resultados obtidos num estudo revelam que a maioria considera a sua cultura portuguesa e a sua participação em associações portuguesas, nos países de emigração, uma forma de a manterem. Apesar da generalidade desconhecer se a residência tem potencial para vir a ser património cultural, os emigrantes que confirmam essa possibilidade são também os mesmos que a consideram a sua verdadeira casa e uma representação da sua cultura portuguesa.

Assim sendo, é argumentado neste artigo que muitas das “casas de sonho” dos emigrantes portugueses da década de 60 têm potencial valor patrimonial cultural. O significado simbólico da construção dessas casas relaciona-se com o seu desejo do enraizamento familiar, contrariando a ideia de ruptura com a identidade do local de origem e reforçando o desejo de pertença. Para além disso, afirmam a melhoria da sua condição económico-social no local de origem. Os diferentes elementos estéticos correspondem a códigos alimentadores de

estratégias de distinção, fundados em biografias, e podem aumentar significativamente a atratividade dos locais onde se encontram para o desenvolvimento do turismo.

Referências bibliográficas

- Amante, M. (2006). Fronteira e Identidade Local: Estratégias para a Produção de Localismos na Zona Raiana. In E. Peralta & M. Anico (Ed.), *Património e Identidades- Ficções Contemporâneas* (pp. 85-92). Lisboa: Celta Editora.
- Arroteia, J. (2001). As comunidades portuguesas no mundo. *Janus*, 136-137.
- Beswick, J. (2007). The Portuguese Diaspora in Jersey. In, B. Preisler, A. Fabricius, H. Haberland, S. Kjaerbeck & K. Risager (Ed.) *The Consequences of Mobility*. (pp. 93-105). Denmark: Roskilde University
- Brito, J. (2006) Patrimónios e Identidades: A Difícil Construção do Presente, in E. Peralta & M. Anico (Ed.), *Património e Identidades- Ficções Contemporâneas*, (pp. 43-54). Lisboa: Celta Editora.
- Campos, S. & Siqueira, M. (2006). Brazilian and Immigrant Families in Sao Paulo City: Education and Work. *Journal of Comparative Family Studies*, Vol. 37 (4), 539-561.
- Capucho, J. & Francisco, J. (2010). “Cultura, competitividade territorial e desenvolvimento sustentável: Algumas considerações sobre o caso do Vale do Coa”. In IV Congresso de Estudos Rurais- Turismo, Património e Desenvolvimento Rural, 4-6 de fevereiro, Universidade de Aveiro, pp. 232-248.
- Carvalho, J. (2007). *Fronteiras de etnicidade - filhos de emigrantes como audiências mediáticas*. (Tese de doutoramento, Universidade da Beira Interior).
- Castro, A. (1998). *O gosto na arquitetura popular - casas de emigrantes de dupla residência França- Portugal*. (Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa).
- Christou, A. (2006). Crossing boundaries-ethnicizing employment-gendering labor: gender, ethnicity and social networks in return migration. *Social & Cultural Geography*, Vol. 7 (1),

February, 87-102.

Cornell, S. & Hartmann, D. (1998). *Ethnicity and Race- Making Identities in a Changing World*, USA: Copyright.

Fonte, M. & Ranaboldo, C. (2007). Desarrollo Rural, Territorios e Identidades Culturales. Perspetivas desde America Latina y la Union Europea. *Revista Opera*, Vol. 7 (007), 9-31.

Gomes, N. (2001). Os portugueses nas Américas: Venezuela, Canadá e EUA. *Janus 2001* Conferido em http://www.janusonline.pt/2001/2001_3_2_5.html

Hall, M. (1998). *Integrated Heritage Management- Principles and Practice*, London: The Stationary Office.

Hall, M. (2005). *Tourism- Rethinking the Social Science of Mobility*, England: Prentice Hall.

Howard, H. (2003). *Heritage, identity and management*, London: Continuum.

Hui, A. (2008). Many Homes for Tourism: Re-Considering Spatializations of Home and Away in Tourism Mobilities, *Tourist Studies*, (8), 291-311.

Kashimoto, E., Marinho, M. & Russeff, I. (2002). Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspetivas para regiões em desenvolvimento, *Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Vol. 3 (4), 35-42.

Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho. Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis.

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

Leite, C. (1989). Casas de emigrantes: gosto de alguns, desgosto de muitos. *Sociedade e Território*, (8), Porto, 67-72.

Leite, C. (1990). *Ironias de sempre: casas de emigrantes e discursos sobre o gosto*, Relatório de síntese para provas de APPC, Braga: Universidade do Minho.

King, R. (1997). Restructuring and Socio-Spatial Mobility in Europe: The Role of International Migrants. In H. Blotevogel & A. Fielding (Ed.), *People, Jobs and Mobility in the New Europe* (pp. 91-120). England: Wiley.

Klimt, A. (2009). Divergent Trajectories: Identity and Community among Portuguese in Germany and the United States. *Portuguese Studies Review*, 211-240.

McIntyre, N., Williams, D. & McHugh, K. (2006). Multiple Dweeling: Prospect and Retrospect. In N. McIntyre, D. Williams & K. McHugh (Ed.) *Multiple Dwelling and Tourism- Negotiating Place, Home and Identity*, (pp. 313-322). UK: CAB International.

Nunes, F. (2003). Marginalisation, Social Reproduction and Academic Underachievement: The Case of the Portuguese Community in Canada. In G. Abreu, T. Cline & H. Lambert's (Ed.) *The Education of Portuguese Children in Britain: Insights from Research and Practice in England and Overseas*, (pp. 121-158). London: University of Lucton.

Nunes, F. (2008). [Striking a balance in Canada's diversity dialogue - the case of Portuguese-Canadian community](#). *Canadian Diversity*, 6 (2), 121-125.

Oliveira, R. (2003). Identidade étnica, identificação e manipulação. *Sociedade e Cultura*, Vol. 6 (2), 117-131.

Peixoto, P. (2006). O Património Mata a Identidade, Peralta, E. e Anico, M. (eds), *Património e Identidades- Ficções Contemporâneas*, Celta Editora, Lisboa, pp. 65-74.

Pereiro, X. (2006). Património Cultural: O Casamento entre Património e Cultura, *Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego*, (2), 23-41.

Ranaboldo, C. & Schejtman, A. (2008). *El Valor del Patrimonio Cultural: Territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos y Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural.

Rocha-Trindade, M. (1986). Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência. *Análise Social*, Vol. XXII (91) (2º), 313-330.

Rocha-Trindade, M. (1992). *Fenómeno da Emigração em Portugal*, Lisboa: Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

Sandell, K. (2006) Access under Stress: the Right of Public Access Tradition in Sweden. In N. McIntyre, D. Williams & K. McHugh (Ed.) *Multiple Dwelling and Tourism- Negotiating Place, Home and Identity*, (pp. 278-294). UK: CAB International, UK.

Santos, R. (2013). *O regresso dos emigrantes portugueses e o desenvolvimento do turismo em Portugal* (Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro). Conferido em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10353/1/tese.pdf>

Silberberg, T. (1995). Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites. *Tourism Management*, Vol. 16 (5), 361-365.

Silva, L. (2007). A Procura do Turismo em Espaço Rural, *Etnográfica*, Vol. 11 (1), 141-163.

Silva, L. (2008) Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal. *Arquivos da Memória*, 4 (Nova Série), 6-25.

Silva, L. (2009). *Casas no Campo- Etnografia do Turismo Rural em Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Smith, M. (2003). *Issues in cultural tourism studies*, London: Routledge.

Suárez, G. (2005). Identidades Coletivas y Discursos sobre el Sujeto Indígena, *Revista de*

Antropologia Iberoamericana, (41), Maio-Junho, 1-24.

Teixeira, C. (1996). The suburbanization of Portuguese communities in Toronto and Montreal: from isolation to residential integration? In V. Aperrière, T. Lindstrom & S. Palmer (Ed.), *Immigration and Ethnicity in Canada- Canadian Issues/ Thèmes Canadiens*, Vol. XVIII, (pp. 181-201). Montréal: Association for Canadian Studies.

Vásquez, Y. & Ríos, O. (2007). Algunos Aportes a la Comprensión Psicológica de la Identidad Étnica y Nacional: Revisión Bibliográfica, *Investigación y Desarrollo*, Vol. 15 (1), 78-123.

Vieira, C. & Veríssimo, R. (1989). Formalismo e Valores Simbólicos nas Casas dos Emigrantes da Ria de Aveiro, *Sociedade e Território* (8), 48-54.

Villanova, R., Leite, C. & Raposo, I. (1994). *Casas de sonhos*, Paris: Éditions Créaphis.

Webb, N. (1999). Home across the Atlantic? Views on the maintenance of the Portuguese culture in Port Elizabeth, South Africa. *Society in Transition*, 30 (1), 43-53.

Williams, D. & Patten, S. (2006). Home and away? Creating identities and sustaining places in a multi-centred world. In N. McIntyre, D. Williams & K. McHugh (Ed), *Multiple Dwelling and Tourism: Negotiating Place, Home and Identit*, (pp. 32–50). Cambridge: CABI.